

## **20.1 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT**

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE tem como missão institucional promover a modernização das relações trabalhistas, implementar políticas de fomento ao emprego, de qualificação profissional e de proteção ao trabalhador, procurando assegurar, por meio da fiscalização, os direitos trabalhistas e as condições de segurança e saúde previstos em lei e nos acordos e convenções coletivas.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e suas alterações, é um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Portanto, o FAT constitui-se num eixo de financiamento e articulação das políticas e programas de geração de emprego e renda.

O Fundo integra o Orçamento da Seguridade Social e tem seus programas de trabalho desenvolvidos pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego. O FAT é gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, composto por doze membros e respectivos suplentes, cujas competências, entre outras, incluem:

- aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Programa Seguro-Desemprego e do Abono Salarial;
- deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT;
- propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial e regulamentar os dispositivos das leis vigentes no âmbito de sua competência;
- fiscalizar a administração do Fundo, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- propor alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômica e financeira do FAT.
- Define-se como prioritárias para a gestão do FAT as áreas de Proteção e Benefícios ao Trabalhador, de Empregabilidade e de Fomento ao Trabalho, cujas atividades serão descritas posteriormente.

### **Proteção e Benefícios ao Trabalhador**

As atividades da área de Proteção e Benefícios ao Trabalhador são realizadas, à exceção do Abono Salarial, de forma descentralizada, por meio de transferências de recursos, via convênio, para as Unidades da Federação e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores.

O benefício do seguro-desemprego é garantido ao trabalhador pelo art. 7º, inciso II, da Constituição Federal, tendo por finalidade a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude da dispensa sem justa causa. Atualmente o trabalhador tem direito ao recebimento de três a cinco parcelas, de acordo com a quantidade de meses trabalhados nos últimos trinta e seis meses.

O pagamento do benefício do seguro-desemprego está vinculado ao programa “Novo Emprego e Seguro-Desemprego”.

A Resolução CODEFAT n.º 25, de 11 de março de 1992, alterada por Resoluções posteriores, inclui critérios que além do benefício normal, a concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais no período de defeso, sendo este benefício instituído pela Lei n.º 8.287, de 20 de dezembro de 1991. A Resolução n.º 200, de 04 de novembro de 1998, normatizou a “Bolsa Qualificação Profissional” instituída pelo art. 2º da Lei n.º 7.998/90 com a redação dada pela Medida Provisória n.º 1.726, de 04 de novembro de 1998. A bolsa qualificação profissional foi concedida, a partir de janeiro de 1999, ao trabalhador, com contrato suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, implementado a partir de 1999.

A Resolução n.º 253, de 04 de outubro de 2000, estabeleceu os procedimentos para a concessão do benefício do “Seguro-Desemprego ao Empregado Doméstico”, de acordo com dispositivos da Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, com alterações introduzidas pela Lei nº10.208, de 23 de março de 2001. Embora a regulamentação da concessão do benefício tenha ocorrido ainda no exercício de 2000, o pagamento do seguro-desemprego ao empregado doméstico se iniciou somente em julho de 2001, devido à necessidade do cumprimento de requisitos básicos estabelecidos na legislação citada anteriormente.

Em 2001, o valor emitido do seguro-desemprego foi de R\$ 4.808,31 milhões. Em 2002, o valor emitido chegou a R\$ 5.677,88 milhões. O número de trabalhadores segurados foi de 4.597 mil, em 2001 e, em 2002, 4.794 mil. O valor médio do benefício, quando se compara os anos de 2001 e 2002, saltou de R\$ 250 para R\$ 278 (variação positiva de 11%), influenciado pela variação do valor do salário-mínimo. O número médio de parcelas variou de 4,2 para 4,3 por segurado.

**Tabela 1 - Seguro-Desemprego - Comparativo de Indicadores**

ANO	VALOR EMITIDO DO BENEFÍCIO (R\$ MILHÃO) (A)	TOTAL DE SEGURADOS DO BENEFÍCIO (EM MIL) (B)	QUANTIDADE DE CHEQUES EMITIDOS (EM MIL) (C)	VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO (D = A/B/E)	NÚMERO MÉDIO DE PARCELAS (E = C/B)
2001	4.808,31	4.597,69	19.191.444	250,54	4,2
2002(*)	5.677,88	4.794,32	20.409.476	278,20	4,3
VARIAÇÃO (%)	18,1%	4,3%	6,3%	11,0%	2,0%

Fonte: CGSDAS/MTE.

Nota: (\*) Os dados de 2002 embutem previsão para dezembro do número de segurados.

Observação: Os dados não incluem as modalidades pescador artesanal, bolsa qualificação e empregado doméstico.

A Tabela 2 compreende os dados sobre a abrangência do seguro-desemprego em relação ao seu público alvo, os trabalhadores dispensados sem justa causa. Constata-se uma pequena evolução da cobertura (que subiu de 63,9% para 66,6%), resultante da evolução do número de segurados e da estabilidade nas dispensas sem justa causa.

**Tabela 2 - Seguro-Desemprego - Dispensados X Segurados (2001-2002)**

ANO	DISPENSADOS SEM JUSTA CAUSA (EM MIL) (A)	SEGURADOS (EM MIL) (B)	TAXA DE COBERTURA (C = B/A)
2001	7.195,84	4.597,69	63,9%
2002(*)	7.198,37	4.794,32	66,6%
VARIAÇÃO (%)	0,0%	4,3%	4,2%

Fonte: CGSDAS/MTE.

Nota: (\*) Os dados de 2002 embutem previsão para dezembro do número de segurados.

Observação: Os dados não incluem as modalidades pescador artesanal, bolsa qualificação e empregado doméstico.

O comportamento das demais modalidades do benefício do seguro-desemprego, em 2002 (com projeção para dezembro), foi: (i) 82,5 mil pescadores artesanais, com gastos da ordem de R\$ R\$ 61,7 milhões; (ii) 7,8 trabalhadores na “bolsa qualificação”, com gasto de R\$ 7,5 milhões; (iii) 8,1 mil trabalhadores domésticos, num montante de R\$ 4,4 milhões.

O Abono Salarial é um benefício garantido pelo art. 239, § 3º, da CF/88, e regulamentado pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990 em seu art. 9º, que tem por finalidade assegurar o recebimento de um salário mínimo anual aos empregados que:

a) tenham recebido de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social - PIS ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep, até dois salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante trinta dias no ano-base; e

b) estejam cadastrados há pelo menos cinco anos no PIS/Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador – CNT.

O Programa do Abono Salarial está vinculado ao Programa “Assistência ao Trabalhador”, em 2002, foram gastos, com recursos do FAT, cerca de R\$ 1,22 bilhão, 24% acima do despendido em 2001. O número de trabalhadores identificados aumentou 10,4% em relação a 2001, e o número de beneficiários, exatos 10% (cf. Tabela 3).

**Tabela 3 - Abono Salarial - Comparativo 2001-2002**

MODALIDADE	TRABALHADORES IDENTIFICADOS (EM MIL)		VARIÇÃO 2001/2002	TRABALHADORES BENEFICIADOS		VARIÇÃO 2001/2002
	2001	2002 (*)		2001	2002(*)	
PIS	5.365,56	5.958,35	11,0%	4.836,33	5.374,28	11,1%
PASEP	1.148,67	1.235,11	7,5%	1.048,63	1.097,45	4,7%
TOTAL	6.514,23	7.193,46	10,4%	5.884,96	6.471,73	10,0%

Fonte: CGSDAS/MTE.

Nota: (\*) Os dados de 2002 são preliminares, referentes ao período de janeiro a dezembro.

A Intermediação de Mão-de-Obra representa uma das linhas básicas de atuação do Sistema Nacional de Emprego – SINE, tendo por finalidade a colocação e a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, de forma ágil e não onerosa. Apresenta-se como a vertente mais difundida do sistema, interpondo trabalhadores desempregados e vagas (postos de trabalho).

Por meio de ações voltadas à promoção do casamento entre oferta e demanda de trabalho, da redução dos custos de informações e do tempo de espera entre as partes, a política de intermediação busca atingir seus objetivos mais gerais, quais sejam: diminuir o desemprego friccional e promover uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos.

A ação de captação de vagas e colocação do trabalhador no mercado de trabalho também participa do Programa “Novo Emprego e Seguro-Desemprego”.

Os dados de 2001 e 2002 (neste último ano, com projeção para o mês de dezembro) revelam que o Sistema Nacional de Emprego continua em uma trajetória de desempenho excelente. Dois dos seus indicadores mais importantes, o aproveitamento de vagas (colocados/vagas) e o aproveitamento de inscritos (colocados/inscritos) revelam melhora de desempenho do Sistema.

**Tabela 4 - Intermediação de Emprego - Distribuição Regional 2001**

(Em mil)

REGIÃO	TRABALHADOR INSCRITO	VAGA CAPTADA	TRABALHADOR COLOCADO	COLOCADO / VAGA	COLOCADO / INSCRITO
NORTE	203	73	56	77,0%	27,6%
NORDESTE	659	178	132	74,1%	20,0%
CENTRO-OESTE	316	106	55	51,8%	17,4%
SUDESTE	1.469	404	174	43,1%	11,8%
SUL	1.285	346	209	60,4%	16,3%
PARCERIAS	753	328	116	35,3%	15,4%
<b>TOTAL</b>	<b>4.685</b>	<b>1.435</b>	<b>742</b>	<b>51,7%</b>	<b>15,8%</b>

Fonte: CSINE/MTE

**Tabela 5 - Intermediação De Emprego - Distribuição Regional 2002(\*)**

(Em mil)

REGIÃO	TRABALHADOR INSCRITO	VAGA CAPTADA	TRABALHADOR COLOCADO	COLOCADO / VAGA	COLOCADO / INSCRITO
NORTE	219	90	71	79,0%	32,4%
NORDESTE	661	202	151	75,0%	22,9%
CENTRO-OESTE	318	119	55	46,2%	17,3%
SUDESTE	1.769	512	230	44,9%	13,0%
SUL	1.364	368	231	62,8%	17,0%
PARCERIAS	839	375	139	37,0%	16,5%
<b>TOTAL</b>	<b>5.170</b>	<b>1.666</b>	<b>877</b>	<b>52,6%</b>	<b>16,9%</b>

Fonte: CSINE/MTE.

Nota: (\*) Os dados de 2002 embutem previsão para dezembro.

Os dados apontam para uma melhora, entre os anos de 2001 e 2002, em praticamente todas as grandes regiões geográficas.

A significativa melhora no desempenho do SINE, ao longo dos últimos anos, consolida um movimento – que se iniciou em meados dos anos 90 – de recuperação do desempenho da intermediação de mão-de-obra. Os principais determinantes desse movimento estão ligados à criação de mecanismos de busca de resultados (especialmente a remuneração por colocação de trabalhadores); ao monitoramento das ações nos estados, por parte da equipe da Coordenação Nacional do SINE/MTE; ao estabelecimento de um sistema de concorrência administrada, com a criação das agências ligadas às entidades sindicais; e à implantação do Sistema de Gestão do Programa Ações de Emprego – SIGAE.

**Tabela 6 – Desempenho da Intermediação de Mão-de-Obra de 1995 a 2002**

(Em mil)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002(*)
INSCRITOS	1127	1321	1859	3124	3763	4806	4686	5170
VAGAS	381	386	452	653	1044	1281	1434	1666
COLOCADOS	149	155	210	288	422	582	743	878

Fonte: CSINE/MTE

Nota: (\*) Inclui projeção para dezembro

## Empregabilidade

O Programa de Qualificação Profissional do Trabalhador – PLANFOR está no grupo de 54 programas e projetos escolhidos como estratégicos na ação do governo federal. É financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e tem como objetivo aumentar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e subemprego, e elevar sua produtividade e renda por meio da educação profissional a pelo menos 20% da População Economicamente Ativa – PEA, por ano.

O foco prioritário do programa situa-se nos grupos socialmente vulneráveis, agregados em quatro categorias enumeradas pelo Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT por meio de sua Resolução 258, de 21/12/2000, para as quais devem ser alocados pelo menos 90% das vagas e 80% dos recursos anuais: (i) pessoas desocupadas, principalmente beneficiários do seguro desemprego; (ii) pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural, por fatores de modernização tecnológica, privatização e outras formas de reestruturação produtiva; (iii) pequenos e microprodutores, do setor urbano e rural, inclusive as beneficiárias de crédito financiado pelo FAT, e (iv) trabalhadores do setor informal – autônomos, cooperados, e em atividades sujeitas a sazonalidades, tais como restrição legal, climática, e ciclo econômico.

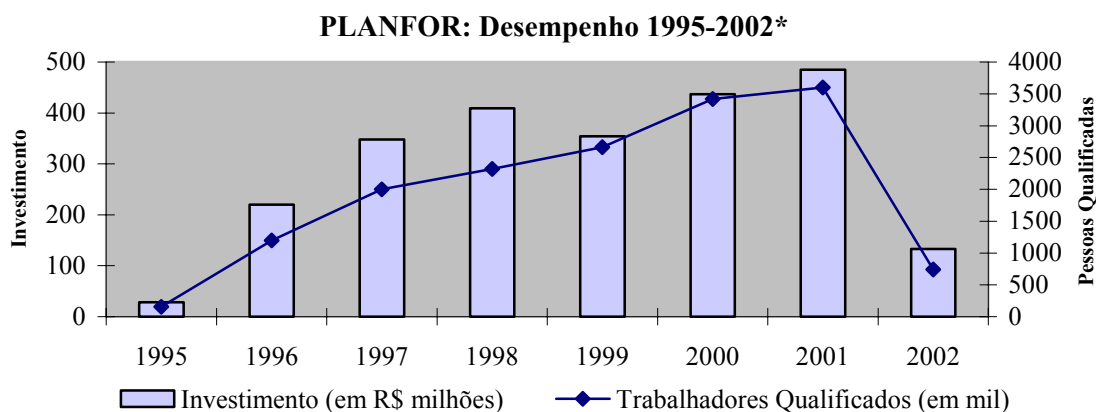
As ações financiadas pelo FAT são submetidas à prévia discussão, negociação e homologação de colegiados tripartites e paritários, em três níveis: Federal - Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT, Estadual - Comissões Estaduais de Trabalho/Emprego - CET e Municipal - Comissões Municipais de Trabalho/Emprego - CMT. Sua implementação por meio dos dois mecanismos citados, envolve uma cadeia estratégica e operacional,

coordenada pelo Ministério, que articula o CODEFAT, a Secretaria de Políticas de Emprego - SPPE, as Secretarias de Trabalho, as Comissões Estaduais de Trabalho e Emprego, as Comissões Municipais de Trabalho e Emprego e entidades executoras dos programas e projetos.

No período 1995-2001, foram qualificados 15,3 milhões de trabalhadores, com investimentos de R\$ 2,3 bilhões do FAT. Para 2002 a meta previa a qualificação de 1,8 milhão de trabalhadores com a aplicação de R\$ 310 milhões, que acumulariam neste mesmo período cerca de 17,2 milhões de trabalhadores, somando recursos de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões do FAT.

Entretanto, em virtude do contingenciamento financeiro decretado pelo Governo Federal, do orçamento de R\$ 310 milhões aprovado para o exercício de 2002, apenas R\$ 161 milhões foram liberados para o PLANFOR, cujo desempenho foi afetado, colocando em risco o alcance das metas previstas no Plano Plurianual - PPA. Os PEQ são os mais atingidos, uma vez que os estados receberam apenas R\$ 71 milhões dos R\$ 208 milhões previstos para serem investidos em 2002, ou seja, 34,5% do montante esperado.

Com a liberação inicial de recursos, os PEQ priorizaram a qualificação de trabalhadores distribuídos entre as quatro ações que compõem o público-alvo prioritário do PLANFOR. Da meta total fixada para 2002 - qualificação de 1,8 milhão de trabalhadores, foram qualificados cerca de 830 mil pessoas, com investimentos de aproximadamente R\$ 161 milhões do FAT.



\* Resultados parciais, processados até dez/02.

As pessoas desocupadas compõem grupo com prioridade absoluta no Programa. Do total de pessoas qualificadas em 2002, 58%<sup>1</sup> estão nesse grupo, que inclui os beneficiários do seguro-desemprego. Nesse período, essa categoria recebeu 60% dos investimentos realizados pelo Programa em todo o país.

Nessa perspectiva, as ações voltadas aos grupos prioritários do programa atingiram 762 mil, das 830 mil pessoas qualificadas até o momento, ou seja, 91,7% do total estão distribuídas entre essas quatro ações.

Cabe destacar também a parceria estabelecida entre o MTE e o Ministério da Saúde no que corresponde ao Ensino Profissional, a partir da qual recursos do FAT foram investidos diretamente no Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem – PROF AE, sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Investimento em Saúde. O PROF AE tem o objetivo de melhorar a qualidade da atenção ambulatorial e hospitalar, reduzindo o déficit de auxiliares de enfermagem qualificados e apoiando a dinamização e melhoramento da regulamentação do mercado de trabalho no setor saúde. No exercício de 2002 foram investidos R\$ 30 milhões do FAT no PROF AE, resultando na qualificação acumulada no triênio de mais de 73 mil profissionais da área da saúde.

Parceria semelhante foi estabelecida entre o MTE e o Ministério da Educação – MEC, objetivando reformar e expandir a Educação Profissional no País, por meio da ampliação da oferta de vagas e melhoria de currículos, possibilitando a qualificação e requalificação profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Em 2002, por meio do termo de cooperação técnica e financeira estabelecida entre os dois Ministérios, foram investidos R\$ 20 milhões do FAT para qualificação de mais de 25,2 mil pessoas.

<sup>1</sup> Os públicos atendidos nas ações do PPA para o PLANFOR são classificados no Sistema de Gestão Integrada das Ações de Emprego – SIGAE dentro dos 4 grandes públicos-alvo mencionados, definidos pelo CODEFAT.

## **Fomento ao Trabalho**

As atividades da área de Fomento ao Trabalho se dão por meio:

- a) de financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES, nos termos do que estabelece o § 1º do art. 239 da Constituição Federal; e
- b) da aplicação financeira dos recursos do FAT que excedem à Reserva Mínima de Liquidez, de acordo com a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991. Trata-se, desta forma, de execução extra-orçamentária, por meio da alocação desses recursos em depósitos especiais nas instituições financeiras oficiais federais.

## **Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES**

De acordo com o que estabelece o art. 239 da Constituição Federal de 1988, pelo menos 40% do valor das receitas provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP são destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, devendo o Banco remunerar esses recursos, de forma a preservar-lhes o valor real.

Os objetivos dos financiamentos concedidos pelo Banco podem, resumidamente, ser agrupados nos seguintes itens:

- a) ampliação e diversificação das exportações;
- b) reestruturação da indústria;
- c) expansão e adequação da infra-estrutura – a cargo da iniciativa privada, com ênfase nos investimentos em energia e telecomunicações;
- d) melhoria dos canais de acesso ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas;
- e) fortalecimento do mercado de capitais;
- f) atenuação dos desequilíbrios regionais;
- g) gerenciamento dos programas de privatização.

Em 2002, foram repassados ao BNDES cerca de R\$ 4,2 bilhões, representando um crescimento na ordem de 19,4% do que foi repassado em 2001.

## **Aplicação Financeira dos Recursos do FAT em Depósitos Especiais**

Por intermédio de deliberações do CODEFAT, os recursos do FAT excedentes à Reserva Mínima de Liquidez<sup>2</sup> são alocados extra orçamentariamente, sob a forma de depósitos especiais<sup>3</sup>, nas instituições financeiras oficiais federais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos), sendo destinados ao financiamento de empresários de micro e pequenos empreendimentos, de forma a fomentar a geração de emprego e renda. Foram constituídos os seguintes programas:

---

<sup>2</sup> A Reserva Mínima de Liquidez – RML é o valor que deve ser mantido em títulos do Tesouro Nacional no extramercado, de forma a garantir, grosso modo, o pagamento do benefício do seguro-desemprego e abono salarial por seis meses.

<sup>3</sup> O FAT pode aplicar suas disponibilidades financeiras em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco do Brasil S/A, ou em depósitos especiais remunerados e disponíveis para imediata movimentação em instituições financeiras oficiais federais, conforme estabelece o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991. Embora essa

a) Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, que direciona recursos tanto para a área urbana quanto para a área rural (inclui o PROGER urbano, o PROGER rural e o PRONAF);

b) Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO;

c) Programa de Promoção do emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO; e

d) Programa de Geração de Emprego e Renda na Indústria da Construção Civil - FAT-HABITAÇÃO.

### **Geração de Emprego e Renda – PROGER**

O Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 59, de 25 de março de 1994, e tem por finalidade a promoção de ações que gerem emprego e renda, mediante concessão de linhas especiais de crédito para a aplicação nos segmentos de micro e pequenos empreendimentos ou de produção associativa, além de iniciativas de produção própria da economia informal, associada à capacitação gerencial e acompanhamento técnico do empreendimento beneficiado. Os agentes financeiros do PROGER são o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

As Resoluções CODEFAT n.º 82, de 3 de maio de 1995, e n.º 89, de 4 de agosto de 1995, instituíram o PROGER Rural. O Programa tem por objetivo financiar empreendimentos de produtores e da agroindústria, ambos de micro e pequeno porte, bem como as cooperativas cujos integrantes sejam micro e pequeno produtores. Atualmente as instituições financeiras que o executam são o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil.

O PROGER Rural também possibilita a promoção da agricultura familiar, que tem sua gestão por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, mediante a alocação de recursos para operações de crédito e assistência financeira, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, conforme a Resolução CODEFAT n.º 93, de 14 de setembro de 1995.

A Resolução CODEFAT n.º 109, de 1º de julho de 1996, autorizou a alocação de recursos em depósitos especiais no BNDES para a aplicação no Programa de Crédito Produtivo Popular na Área Urbana e na contratação de financiamentos a pequenos e mini-produtores rurais. A Resolução n.º 124, de 14 de outubro de 1996, estabeleceu os critérios para o primeiro e a Resolução n.º 128, de 23 de outubro de 1996, para o segundo, no âmbito do PRONAF.

A Resolução n.º 85, de 19 de maio de 1995, estabeleceu procedimentos para a alocação de recursos do FAT, em depósitos especiais, na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para financiamento de programas e projetos que contemplem o desenvolvimento da competitividade e capacitação tecnológica nacional, em segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizadoras e estruturantes, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas.

---

Lei determine que os depósitos especiais deverão estar disponíveis para imediata movimentação, na prática, o FAT realiza tais aplicações concedendo prazos às instituições financeiras para a amortização e liquidação desses depósitos. Esse procedimento é possível em razão da existência de cláusula que garante o resgate antecipado desses depósitos, no caso de a Reserva Mínima de Liquidez cair abaixo do limite estabelecido pela Lei nº 8.352.

Destaca-se, neste exercício, no âmbito do PROGER Urbano, por meio da Resolução CODEFAT n.º 286, de 23 de julho de 2002, a criação da linha de crédito FAT – Empreendedor Popular, com as modalidades de capital de giro e de investimento (financiamento de capital fixo, com capital de giro associado). Com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos micronegócios no país e financiar o auto-emprego como mecanismo de combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social, cuja concessão de crédito será por meio dos bancos oficiais federais, que poderão firmar parcerias com Organizações Não Governamentais, qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, de Bancos Cooperativos e de Cooperativas, inclusive as de crédito.

Ressalta-se, também, a criação da linha de crédito denominada PROGER Urbano Micro e Pequena Empresa – Capital de Giro, mediante a Resolução CODEFAT n.º 287, de 23 de julho de 2002, destinada ao empréstimo de capital de giro isolado à micro e pequenas empresas.

Os depósitos especiais nos agentes financeiros executores do PROGER totalizaram o montante em torno de R\$ 20,0 bilhões, distribuídos conforme Tabela 8.

**Tabela 8 – Depósitos Especiais em Vigor - 2002**

Em R\$ Milhões

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / PROGRAMA	MOVIMENTAÇÃO NO FAT		MOVIMENTAÇÃO NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		
	DEPÓSITO AUTORIZADO	VALOR DEPOSITADO	Valor Liberado	Valor Disponível	Saldo Atual
<b>BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A</b>	<b>2.838,90</b>	<b>2.458,90</b>	<b>1.560,93</b>	<b>666,66</b>	<b>2.227,59</b>
PROGER URBANO INVESTIMENTO	1.148,90	1.028,90	666,31	132,16	798,48
PROGER URBANO EMP.POPULAR	40,00	10,00	-	10,17	10,17
PROGER URBANO CAPITAL DE GIRO	80,00	-	-	-	-
PROGER RURAL	200,00	100,00	34,56	147,01	181,57
PRONAF	500,00	450,00	159,37	225,25	384,62
PROTRABALHO	750,00	750,00	630,84	126,40	757,24
ESTIAGEM	120,00	120,00	69,84	25,66	95,51
<b>BANCO DO BRASIL S.A</b>	<b>5.256,10</b>	<b>4.556,10</b>	<b>3.634,75</b>	<b>835,26</b>	<b>4.470,00</b>
PROGER URBANO INVESTIMENTO	1.221,45	1.221,45	1.028,15	175,14	1.203,30
PROGER URBANO EMP.POPULAR	200,00	100,00	61,34	40,28	101,62
PROGER URBANO CAPITAL DE GIRO	500,00	100,00	1,44	99,35	100,79
PROGER RURAL	1.632,65	1.582,65	654,03	24,26	678,28
PRONAF	1.702,00	1.552,00	1.889,79	496,23	2.386,02
<b>BNDES</b>	<b>15.420,00</b>	<b>12.230,55</b>	<b>10.565,73</b>	<b>1.138,89</b>	<b>11.704,62</b>
PRONAF	1.770,00	1.670,00	1.578,48	35,07	1.613,55
PROEMPREGO	11.500,00	8.500,00	7.885,16	108,23	7.993,39
CRÉDITO PRODUTIVO POPULAR	150,00	60,55	46,56	15,08	61,64
FAT – EXPORTAÇÃO	2.000,00	2.000,00	1.055,53	980,52	2.036,05
<b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>	<b>2.216,53</b>	<b>1.458,53</b>	<b>1.072,56</b>	<b>437,06</b>	<b>1.509,62</b>
PROGER URBANO INVESTIMENTO	816,53	768,53	646,33	158,00	804,33
PROGER URBANO EMP.POPULAR	100,00	30,00	0,52	30,00	30,52
PROGER URBANO CAPITAL DE GIRO	300,00	60,00	-	60,95	60,95
FAT-HABITAÇÃO	1.000,00	600,00	425,70	188,12	613,82
<b>FINEP</b>	<b>320,00</b>	<b>61,81</b>	<b>60,30</b>	<b>0,17</b>	<b>60,47</b>
PROGER URBANO	320,00	61,81	60,30	0,17	60,47
<b>TOTAIS</b>	<b>26.051,53</b>	<b>20.765,89</b>	<b>16.894,26</b>	<b>3.078,04</b>	<b>19.972,30</b>

Fonte: CGFAT/SPOAD/SE/MTE

Observações: Valores atualizados pela TJLP quando aplicados (financiamentos concedidos) e pela SELIC quando a aplicar (disponível).

Em relação às operações do PROGER, percebe-se um aumento do valor médio por contrato nos casos do PROGER Urbano. PROGER Rural e PRONAF mantiveram o valor médio por contrato.

Especificamente em relação ao PROGER Urbano, pode-se dizer que o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER continua sendo um importante elemento dinamizador do Programa, desde seu lançamento, em maio de 2000. Enquanto entre 1995 e 1999 o número médio de operações foi de aproximadamente 40 mil, em 2001 foi praticamente 2,5 vezes maior, melhorando ainda mais em 2002. Por sua vez, as modificações introduzidas pela Resolução CODEFAT n.º 288, de julho de 2002, possibilitou uma expansão significativa no volume de operações, bem como nos valores contratados do PROGER Rural.



**Tabela 9 - PROGER - Aplicações Por Programa 2001-2002**

PROGRAMA	2001			2002(*)		
	VALOR CONTRATADO R\$ MIL	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALOR MÉDIO POR CONTRATO R\$ 1	Valor Contratado R\$ mil	Quantidade De Operações	Valor médio por Contrato R\$ 1
URBANO	751.636,27	98.396	7.638,89	1.092.572,78	122.706	8.903,99
RURAL	126.807,98	13.229	9.585,61	511.302,46	52.816	9.680,83
PRONAF	1.603.679,94	624.439	2.568,19	1.677.277,07	614.457	2.729,69
<b>TOTAL</b>	<b>2.482.124,19</b>	<b>736.064</b>	<b>3.372,16</b>	<b>3.281.152,31</b>	<b>789.979</b>	<b>4.153,47</b>

Fonte: CGEM/MTE.

Nota: (\*) Os dados de 2002 embutem previsão para dezembro.

Tradicionalmente, a Região Sul concentra o maior número de operações, bem como o maior valor contratado, devido ao grande número de operações voltadas para o setor rural, especialmente o PRONAF (cf. tabela 10).

**Tabela 10 - Total dos Programas, por Região em 2002(\*)**

REGIÃO	VALOR CONTRATADO R\$ MIL	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALOR MÉDIO POR CONTRATO R\$ 1
NORTE	161.071,67	35.135	4.584,41
NORDESTE	359.218,13	142.012	2.529,50
CENTRO-OESTE	203.000,97	31.855	6.372,62
SUDESTE	844.807,79	129.864	6.505,32
SUL	1.713.008,75	451.113	3.797,29
<b>TOTAL</b>	<b>3.281.107,32</b>	<b>789.979</b>	<b>4.153,41</b>

Fonte: CGEM/MTE.

Nota: (\*) Os dados referem-se ao PROGER Urbano, Rural e PRONAF, embutem projeção para dezembro.

### Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO

Outra iniciativa para geração de emprego e renda, além do PROGER, é o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO, instituído por meio das Resoluções CODEFAT n.º 103, de 06 de março de 1996, e n.º 104, de 17 de abril de 1996. O programa é executado com a alocação de recursos em depósitos especiais, excedentes à reserva mínima de liquidez, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Estes recursos estão sendo destinados ao financiamento de investimentos em: transporte coletivo de massa, saneamento ambiental, infra-estrutura turística, obras de infra-estrutura voltadas para a melhoria da competitividade do País e revitalização de sub-setores industriais em regiões com problemas de desemprego.

A importância do FAT alocada no programa é de R\$ 3,5 bilhões. Como o BNDES destina R\$ 2,5 bilhões, e os tomadores dos empréstimos destinam R\$ 3,0 bilhões, a título de contrapartida, o montante total de recursos destinados ao Programa é de R\$ 9,0 bilhões.

A Resolução CODEFAT n.º 207, de 29/04/99, ampliou o programa, criando o PROEMPREGO II, que possui dois conjuntos distintos de investimentos com elevado potencial de geração de empregos: o subprograma Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, com investimentos em saúde, saneamento ambiental, educação, transporte coletivo de massa, programa de melhoria da administração tributária municipal (PAT) e projetos multisetoriais integrados (PMI); e o subprograma Expansão do Emprego, com investimentos em comércio e serviço, energia, telecomunicações, infra-estrutura viária e construção naval, pequenas e médias empresas e apoio a atividades de exportação. O montante de recursos já alocado é de R\$ 2 bilhões, dos R\$ 3,5 bilhões que foram destinados. A participação do BNDES e a contrapartida são de valores idênticos aos do PROEMPREGO I.

Em 23 de julho de 2002, foi aprovada pelo CODEFAT, por meio da Resolução CODEFAT n.º 289, a terceira fase do PROEMPREGO ou PROEMPREGO III, que prevê investimentos da ordem de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões do FAT, R\$ 4,5 bilhões do BNDES e R\$ 6 bilhões de contrapartida das empresas beneficiárias. Os setores a serem atendidos pelo PROEMPREGO III são: energia elétrica, transportes, saneamento e turismo. Os recursos serão aplicados no período de 2002 a 2004, sendo que neste segundo semestre de 2002 foram aplicados R\$ 1,5 bilhão do FAT.

No PROEMPREGO I, os setores que mais demandaram financiamentos foram Transporte coletivo de massa e Infra-estrutura para a melhoria da competitividade, quando se considera os desembolsos acumulados até setembro de 2002 (cf. Tabela 11).

**Tabela 11 - PROEMPREGO I - Desembolsos Acumulados por Subprograma**

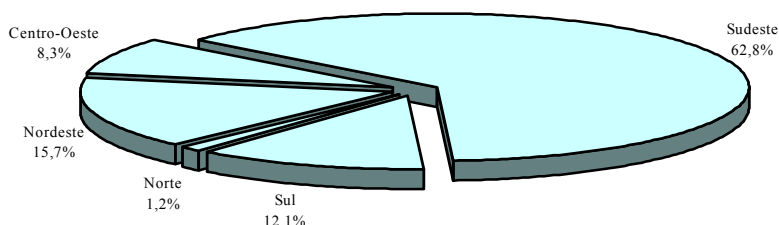
Em R\$ milhões

SUBPROGRAMA	ACUMULADO ATÉ SETEMBRO DE 2002	EM PERCENTUAL
TRANSPORTE COLETIVO DE MASSA	3.988	42,6%
INFRA-ESTRUTURA PARA A MELHORIA DA COMPETITIVIDADE	3.386	36,2%
SANEAMENTO AMBIENTAL	1.033	11,0%
INFRA-ESTRUTURA PARA O TURISMO	707	7,5%
REVITALIZAÇÃO DE SETORES INDUSTRIAIS	251	2,7%
<b>TOTAL</b>	<b>9.365</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CGEM/MTE.

A distribuição regional dos recursos do PROEMPREGO I, expressa no Gráfico seguinte, revela que a Região Sudeste foi a maior beneficiária, com cerca de 63% dos recursos, seguida pela Região Nordeste.

PROEMPREGO I - Desembolsos Acumulados por Região até setembro de 2002



Fonte: CGEM/MTE

No PROEMPREGO II, os principais subprogramas foram Telecomunicações, Exportações, Energia e Comércio e Serviços, conforme a Tabela 12, a seguir.

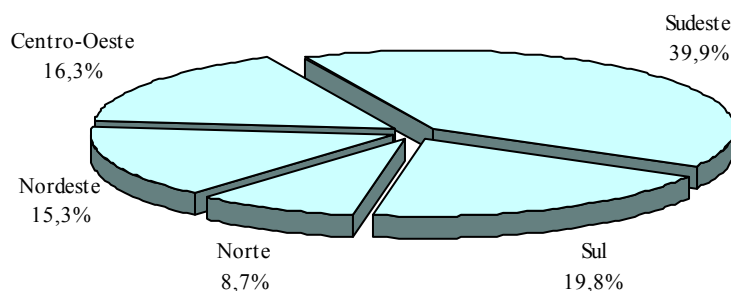
**Tabela 12 - PROEMPREGO II - Desembolsos Acumulados por Subprograma**

Em R\$ milhões		
SUBPROGRAMA	ACUMULADO ATÉ SETEMBRO DE 2002	EM PERCENTUAL
COMÉRCIO E SERVIÇOS	750	11,7%
EDUCAÇÃO	0	0,0%
ENERGIA	1.066	16,6%
EXPORTAÇÃO	1.776	27,7%
INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA E CONSTRUÇÃO NAVAL	423	6,6%
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	180	2,8%
MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	59	0,9%
PROJETOS MULTISSETORIAIS INTEGRADOS	0	0,0%
SANEAMENTO AMBIENTAL	46	0,7%
SAÚDE PÚBLICA	12	0,2%
TELECOMUNICAÇÕES	2.000	31,2%
TRANSPORTE COLETIVO DE MASSAS	107	1,7%
<b>TOTAL</b>	<b>6.419</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CGEM/MTE.

No PROEMPREGO II, a distribuição dos recursos se mostrou mais proporcionou entre as Regiões, segundo consta no gráfico seguinte.

PROEMPREGO II - Desembolsos Acumulados por Região até setembro de 2002



Fonte: CGEM/MTE

### Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO

O Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 171, de 27 de maio de 1998. Esse Programa busca investir em infra-estrutura econômica e social, visando aumentar o número de empregos diretos e indiretos, aumentar a competitividade do setor produtivo, financiar projetos estratégicos de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. A alocação prevista de recursos do FAT foi de R\$ 300 milhões.

A Resolução CODEFAT n.º 210 autorizou a alocação de novos recursos no PROTRABALHO, criando desta maneira o PROTRABALHO II, no montante de R\$ 300,0 milhões. Por fim, a Resolução CODEFAT n.º 255 autorizou novos depósitos especiais para a terceira fase do Programa (PROTRABALHO III) no valor de R\$ 150,0 milhões. As linhas de investimento do PROGRAMA não foram substantivamente modificadas, e o aporte total de recursos do FAT para o PROTRABALHO totaliza a importância de R\$ 750,0 milhões.

O agente financeiro desse Programa é o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que aplica os recursos do FAT em setores considerados prioritários, como os seguintes:

- pólos de desenvolvimento regional (rural, agro-industrial e industrial)
- saneamento básico;
- reciclagem de lixo; e
- turismo.

Os resultados do Programa no ano de 2002 (período de janeiro a novembro) estão demonstrados nas Tabelas seguintes:

**Tabela 13 – PROTRABALHO**  
**Aplicação por Setor de Atividade e Unidade da Federação - Janeiro a Novembro de 2002**

(R\$ mil)

UF	AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA		INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		TOTAL			
	quant. oper.	Valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	%	valor	%
AL	7	183	-	-	5	85	1	42	13	6,5%	310	1,3%
BA	48	2.539	4	768	6	205	7	362	65	32,5%	3.874	16,3%
CE	18	1.492	5	9.062	5	273	4	1.370	32	16,0%	12.197	51,3%
ES	12	1.626	-	-	-	-	-	-	12	6,0%	1.626	6,8%
MA	6	419	-	-	3	64	3	343	12	6,0%	826	3,5%
MG	18	1.512	1	36	1	35	1	35	21	10,5%	1.618	6,8%
PB	2	286	1	46	-	-	1	2	4	2,0%	334	1,4%
PE	9	196	1	18	2	308	2	293	14	7,0%	815	3,4%
PI	2	476	1	58	-	-	1	24	4	2,0%	558	2,3%
RN	8	102	-	-	-	-	-	-	8	4,0%	102	0,4%
SE	7	592	1	50	3	264	4	623	15	7,5%	1.529	6,4%
<b>TOTAL</b>	<b>137</b>	<b>9.423</b>	<b>14</b>	<b>10.038</b>	<b>25</b>	<b>1.234</b>	<b>24</b>	<b>3.094</b>	<b>200</b>	<b>100,0%</b>	<b>23.789</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CGEM/MTE

**Tabela 14 – PROTRABALHO**  
**Aplicação por Porte do Beneficiário e Unidade da Federação - Janeiro a Novembro de 2002**

(R\$ mil)

UF	MINI		PEQUENO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL			
	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	%	valor	%
AL	4	56	6	150	3	104	-	-	13	6,5%	310	1,3%
BA	25	364	17	697	16	1.629	7	1.184	65	32,5%	3.874	16,3%
CE	9	27	9	383	9	1.951	5	9.836	32	16,0%	12.197	51,3%
ES	-	-	7	377	3	283	2	966	12	6,0%	1.626	6,8%
MA	6	125	4	362	-	-	2	339	12	6,0%	826	3,5%
MG	5	144	7	232	5	399	4	843	21	10,5%	1.618	6,8%
PB	2	10	2	324	-	-	-	-	4	2,0%	334	1,4%
PE	5	67	6	673	3	75	-	-	14	7,0%	815	3,4%
PI	-	-	2	82	1	69	1	407	4	2,0%	558	2,3%
RN	1	10	6	65	1	27	-	-	8	4,0%	102	0,4%
SE	4	194	6	275	4	818	1	242	15	7,5%	1.529	6,4%
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>997</b>	<b>72</b>	<b>3620</b>	<b>45</b>	<b>5355</b>	<b>22</b>	<b>13817</b>	<b>200</b>	<b>100%</b>	<b>23789</b>	<b>100%</b>

Fonte: CGEM/MTE

### Geração de Emprego e Renda na Indústria da Construção Civil – FAT Habitação

Criado pela Resolução CODEFAT n.º 273, de 21 de novembro de 2001, e modificado pela Resolução n.º 290, de 23 de julho de 2002, o Programa de Geração de Emprego e Renda na Indústria da Construção Civil – FAT Habitação - é destinado ao financiamento de unidades habitacionais a ser operado pelas instituições financeiras oficiais federais, sendo que atualmente somente a Caixa Econômica Federal tem operações neste programa.

O FAT Habitação tem os seguintes objetivos:

- geração imediata de emprego e renda;
- descentralização regional dos recursos
- compatibilização com as políticas governamentais para a geração de emprego e renda;
- redução do déficit habitacional no País.

Os financiamentos de unidades habitacionais contemplam quatro linhas de crédito:

- aquisição de imóvel residencial na planta: é destinado ao financiamento de imóveis previamente à produção em fase de construção, diretamente aos beneficiários finais, em empreendimentos coletivos;
- construção individual de imóvel residencial: é destinado ao financiamento de beneficiários finais em unidades individuais;
- aquisição de imóvel residencial novo: é destinado ao financiamento de imóvel concluído, com até 180 dias de expedição do habite-se;
- aquisição de imóvel residencial usado.

O desempenho do Programa, de janeiro a outubro de 2002, está apresentado na Tabela seguinte

**Tabela 15 – FAT-HABITAÇÃO**  
**Aplicação por Linha de Crédito e Unidade da Federação - Janeiro a Outubro de 2002**  
(R\$ 1,00)

REGIÃO	IMÓVEL NOVO		CONSTR. INDIVIDUAL		IMÓVEL NA PLANTA		USADO		TOTAL	
	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor	quant. oper.	valor
NORTE	16	837.655	12	859.660	-	-	9	345.350	37	2.042.665
NORDESTE	241	10.851.734	49	2.666.913	3	9.000	139	4.925.272	432	18.452.919
CENTRO-OESTE	210	13.988.926	57	2.973.390	31	1.708.495	121	5.636.249	419	24.307.060
SUDESTE	1.771	95.618.965	729	32.522.811	203	15.880.257	1.306	54.864.071	4.009	198.886.104
SUL	441	22.902.227	493	19.201.928	15	1.100.178	386	16.779.526	1.335	59.983.859
<b>BRASIL</b>	<b>2.679</b>	<b>144.199.507</b>	<b>1.340</b>	<b>58.224.702</b>	<b>252</b>	<b>18.697.930</b>	<b>1.961</b>	<b>82.550.468</b>	<b>6.232</b>	<b>303.672.607</b>

Fonte: CGEM/TEM

### Origens e Destinações dos recursos do FAT

#### Origens (Receitas do FAT)

Constituem recursos do FAT:

- o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP;
- o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;
- as remunerações dos empréstimos devidos pelos agentes aplicadores dos Recursos do FAT, bem como pelos agentes pagadores dos benefícios, incidentes sobre os saldos dos repasses recebidos;
- a incorporação do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial, referente ao saldo de exercícios anteriores.

Os recursos do FAT que integram o orçamento da seguridade social compreendem as seguintes fontes:

- a) 140 – recebimento das transferências da arrecadação do PIS/PASEP;
- b) 150 – recursos próprios e diretamente arrecadados;
- c) 168 – cota-parte contribuição sindical;
- d) 180 – recursos financeiros diretamente arrecadados;
- e) 292 – incorporação de saldos de exercícios anteriores; e
- f) 340 – incorporação de saldo de exercícios anteriores da arrecadação do PIS/PASEP.

A receita proveniente da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP é a principal fonte de recursos do Fundo. A seguir, no quadro 1, estão demonstrados os valores de ingresso desta receita no FAT, por exercício, nos últimos cinco anos. No exercício financeiro de 2002, essa arrecadação representou em torno de 110,0% do realizado em 2001.

**Quadro 1 – RECURSOS DO PIS/PASEP TRANSFERIDOS AO FAT PELO TESOUREIRO NACIONAL**

R\$ Milhões (*)	
ANO	VALOR (**)
1998	7.594,7
1999	8.028,9
2000	9.121,6
2001	9.422,4
2002	10.368,1

Fonte: CGFAT/SPOAD/SE/MTE

Notas: (\*) Até 2001 os valores estão indexados pelo IGP-DI. Em 2002 os valores são Nominais

(\*\*) Referem-se ao regime de caixa da receita realizada

A Desvinculação da Receita da União, que é da ordem de 20% sobre as arrecadações das contribuições para o PIS e para o PASEP, corresponderam ao valor de R\$ 2,5 bilhões em 2002, e em 2001 a retenção atingiu o montante em torno de R\$ 2,4 bilhões.

**Tabela 16 – ARRECADAÇÃO PIS/PASEP**

R\$ Milhões (*)		
ESPECIFICAÇÃO	2001	2002
1. ARRECADAÇÃO PIS/PASEP – TOTAL	11.845,4	12.622,2
2. DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO – DRU (20%)	2.369,1	2.521,8
3. DEVIDA AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT (1 – 2)	9.476,3	10.100,4

Fonte: CGFAT/SPOAD/SE/MTE

Nota: (\*) Até 2001 os valores estão indexados pelo IGP-DI. Em 2002 os valores são Nominais e por regime de competência.

A realização de receitas na gestão FAT, em 2002, totalizou a importância de R\$ 16,3 bilhões, o que representa um acréscimo na ordem de 17,4% da realização em 2001, sendo que as contribuições para o PIS/PASEP, como a principal fonte de recursos do FAT, ficou em torno de 61,8%, seguida das receitas financeiras proveniente dos Juros Recebidos do BNDES que representaram 14,1% do total dos ingressos de recursos, conforme tabela 16.

**Tabela 17 – Receitas do FAT**

R\$ Milhões (\*)

RECEITAS	2001	2002	
			Índice de Realização
ARRECAÇÃO PIS/PASEP DEVIDA AO FAT	8.901,4	10.368,1	62,3%
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	100,6	115,5	0,7%
JUROS RECEBIDOS DO BNDES	2.012,4	2.308,7	13,9%
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	1.258,0	23,5	0,1%
REMUNERAÇÃO DE RECURSOS DISPONÍVEIS (BB E CAIXA)	24,6	1.822,3	10,9%
RETORNO DOS DEPÓSITOS ESPECIAIS	1.460,9	239,3	1,4%
RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO NÃO DESEMBOLSADO	130,9	1.721,2	10,3%
OUTRAS RECEITAS	19,9	50,9	0,3%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>13.908,7</b>	<b>16.649,5</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CGFAT/SPOAD/SE-MTE

Nota: (\*) Até 2001 os valores estão indexados pelo IGP-DI. Em 2002 os valores são Nominais e por regime de Caixa

**Destinação (Execução das Despesas)**

A despesa liquidada em 2002 manteve a tendência de crescimento em relação ao executado em 2001, na ordem de 15,9% excetuando-se os valores do programa Operações Especiais (transferências constitucionais para a atividade de Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES), que foi na ordem de R\$ 4,2 bilhões.

**Tabela 18 – DESPESA EXECUTADA 2002**

R\$ milhões (\*)

PROGRAMA	ORÇADO	EXECUTADO	ÍNDICE DE EXECUÇÃO (%)
ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	1.344,9	1.335,7	99,3
ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS	0,3	0,2	77,5
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	50,0	20,0	40,0
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE	0,6	0,5	87,9
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	1,0	0,5	49,5
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	24,7	21,9	88,5
GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	6,3	5,8	92,3
GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	28,9	22,2	77,0
JOVEM EMPREENDEDOR	5,5	2,0	36,4
NOVO EMPREGO E SEGURO- DESEMPREGO	6.056,5	6.035,9	99,7
PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM	30,0	30,0	100,0
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	326,5	161,6	49,5
RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	60,3	60,2	99,9
TRABALHO LEGAL	212,3	170,3	80,2
TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL	1,1	0,8	76,7
<b>TOTAL</b>	<b>8.149,0</b>	<b>7.867,6</b>	<b>96,5</b>

Fonte: CGFAT/SPOAD/SE-MTE

Nota: (\*) Os valores são Nominais e por regime de Caixa, sendo o executado referente as despesas liquidadas.

No decorrer do exercício de 2002, as transferências tiveram uma acentuada redução em relação ao exercício de 2001, conforme demonstrado na tabela 18.

**Tabela 19 – DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

R\$ milhões (*)		
MODALIDADE DE APLICAÇÃO	2001	2002
TRANSFERÊNCIA A ESTADOS E DF	410,5	157,6
TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	229,0	158,9
TRANSFERÊNCIAS A ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0,5	0,5
APLICAÇÃO DIRETA	9.680,0	11.713,4
<b>TOTAL</b>	<b>10.320,0</b>	<b>12.030,4</b>

Fonte: CGFAT/SPOAD/SE/MTE

Nota: (\*) Os valores são Nominais e por regime de Caixa, não incluído os destaques efetuados.

Análise das despesas por grupo, tabela 19, demonstram uma participação da ordem de 65,2% na execução total referente a Custeio, enquanto em Capital estão a execução dos outros 34,8%, sendo neste grupo incluído as transferências constitucionais de recursos feitas ao BNDES, na forma de empréstimo.

**Tabela 20 – Despesas por Grupo**

R\$ milhões (*)					
GRUPO DA DESPESA		2001	2002	ANÁLISE VERTICAL DE 2001	ANÁLISE VERTICAL DE 2002
CUSTEIO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.735,9	7.780,6	65,3%	64,7%
CAPITAL	INVESTIMENTOS	52,4	32,6	0,5%	0,3%
	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.531,6	4.217,2	34,2%	35,0%
<b>TOTAL</b>		<b>10.320,0</b>	<b>12.030,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CGFAT/SPOAD/SE/MTE

Nota: (\*) Os valores são Nominais e por regime de Caixa, não incluído os destaques efetuados.

### Patrimônio do FAT

Em 31 de dezembro de 2002, o Patrimônio do FAT atingiu o montante em torno de R\$ 78,9 bilhões, com a composição descrita na tabela 20, representando um acréscimo em relação a posição de 31 de dezembro de 2001, na ordem de 23,8%.

**Tabela 21 – Patrimônio Financeiro do FAT em 2002**

R\$ milhões (*)				
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	2001	2002	ANÁLISE VERTICAL DE 2001	ANÁLISE VERTICAL DE 2002
FUNDO BB-EXTRAMERCADO	8.884,5	8.706,8	13,9%	11,0%
EMPRÉSTIMO AO BNDES (ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO)	39.625,4	50.204,1	62,2%	63,6%
DEPÓSITOS ESPECIAIS	15.191,9	19.972,3	23,8%	25,3%
BANCO DO BRASIL	3.707,7	4.470,0	5,8%	5,7%
BANCO DO NORDESTE	2.342,6	2.227,6	3,7%	2,8%
BNDES	8.464,9	11.704,6	13,3%	14,8%
CAIXA	505,6	1.509,6	0,8%	1,9%
FINEP	171,1	60,5	0,3%	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>63.701,8</b>	<b>78.883,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CGFAT/SPOAD/SE/MTE

Nota: (\*) Até 2001 os valores estão indexados pelo IGP-DI. Em 2002 os valores são Nominais.